

**CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA****Aviso n.º 26019/2007**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho, datado de 8 de Novembro de 2007, foi nomeada, em regime de substituição, com efeitos a partir do dia 9 de Novembro de 2007, enquanto durar a vacatura dos lugares, nos termos do n.º 1 do artigo. 23.º do Dec.Lei 427/89, de 7 de Dezembro e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, a seguinte funcionária:

Maria Teresa Dias Cordeiro Féria — Chefe da Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental.

A nomeação indicada está isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

16 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Ernesto d'Oliveira*.

2611073801

**CÂMARA MUNICIPAL DE FARO****Aviso n.º 26020/2007**

Torna-se público que, por meu despacho datado de 30 de Novembro de 2007, no uso da competência que me é conferida na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeei em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de 6 meses, com vista à reclassificação profissional, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, a funcionária, Elvira Carvalhinho Correia Teixeira da Silva, Auxiliar Técnica de Campismo, para a categoria de Assistente Administrativo, da carreira de Assistente administrativo.

A nomeada deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias úteis a contar do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Apolinário*.

2611073373

**CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO****Aviso n.º 26021/2007**

Doutor Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes, Vice-Presidente da Câmara Municipal do concelho do Fundão: Nos termos do artigo n.º 77º do Decreto lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e para efeitos de cumprimento do estipulado no n.º 1 do artigo 22º do Decreto lei n.º 555/99, de 16 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra em fase de discussão pública, pelo prazo de 15 dias contados da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, uma alteração ao uso de uma fracção do lote 18, do loteamento titulado pelo alvará n.º 2/1978 em nome de Manuel Gonçalves Rebordão, sito em Largo da Nossa Senhora da Conceição, freguesia do Fundão, que António dos Santos Figueira, pretende levar a efeito.

O projecto de alteração ao loteamento, encontram-se ao dispor de qualquer interessado, para consulta, na Secretaria do Departamento de Urbanismo, desta Autarquia, em todos os dias úteis, entre as 9 horas e as 12 horas e trinta minutos, e entre as 14 horas e as dezassete horas e trinta minutos.

E para que se não alegue desconhecimento, se publica este aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo e no átrio dos Paços do Concelho, bem como no Jornal do Fundão.

11 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes*.

2611073367

**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA****Aviso n.º 26022/2007****Nomeação em comissão de serviço extraordinária**

Para os devidos e legais efeitos se torna público que por meu despacho datado de 31 de Agosto de 2008, foi nomeada em comissão de serviço

extraordinária pelo período de 6 meses, a funcionária Irina Fontes de Deus Monteiro com a categoria de Auxiliar de Acção Educativa nível 1, esc. 1 ind. 142 para exercer funções de Assistente de Acção Educativa nível 1, efectuando-se a remuneração pelo esc. 1 ind.199.

A referida nomeação é efectuada ao abrigo do n.º 2 do art.º 6º do Dec.-Lei n.º 497/99 de 19.11. e da alínea b) do n.º 1 art.º 5º do Dec.-Lei n.º 218/2000 de 09.09.

Nos termos do n.º 3 do art.º 41º da Lei 53/2006, de 07.12, foi efectuado o procedimento concursal para selecção de pessoal em situação de mobilidade especial em 14.11.2007 na BEP, verificando-se a inexistência de candidaturas.

Mais se torna público que a referida nomeada deverá comparecer para assinar o termo de posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

11 Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.

2611073508

**Aviso n.º 26023/2007****Nomeação**

Para os devidos e legais efeitos se torna público que, por meu despacho de 13 de Dezembro de 2007, foi nomeada para técnica superior de 1.ª classe — jurista a primeira e única classificada, no concurso interno de acesso geral para provimento de um Lugar de técnico superior de 1.ª classe — jurista, Maria Adelaide Rodrigues dos Santos, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a ser remunerada pelo escalão 1, índice 460, a que corresponde o vencimento de € 1503,05.

Mais se torna público que a referida nomeada deverá comparecer para assinar o termo de aceitação no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

14 Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.

2611073499

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA****Aviso n.º 26024/2007****Nomeações**

Por despacho de 10 de Dezembro de 2007, do Director Municipal de Recursos Humanos (Subdelegação de 12 de Outubro de 2007, Boletim Municipal n.º 714 de 25 de Outubro de 2007)

Emília Castela Batista, Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira, Henrique José Cavaco Luz, Jorge Manuel Fernandes Ferreira, João Paulo Costa Ferreira da Silva, José António Baião Gato, José Miguel Caissotti Rosa Rodrigues Figueira, Luísa Maria de Almeida Dias Coelho, Maria de Fátima Catana Vasco, Maria Fernanda Castiço dos Santos, Maria João Martins Baptista da Cunha Pinto, Maria de Lurdes Cordeiro Marques, Maria Manuel Mano Casal Ribeiro, Patrícia Arbona Palmeiro de Sá Pessoa Brás Nogueira, Paulo Jorge Reis de Valinho Fernandes e Susana Rita de Azevedo Martins Bairrada, Técnicos Superiores de 2.ª Classe, nomeados, precedendo concurso, Técnicos Superiores de 1.ª Classe, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste Município.

Ana Maria da Cunha Lameiras, Cristina Maria de Campos Lopes Igrejas Bastos, Domingos Paulo Atalaia Ribeiro, Gonçalo Nuno Serrão Fialho Alves Barata, Isabel Alexandra Carvalho Barrocas Moura dos Santos, Leopoldina Maria dos Santos Paulo Duarte, Maria João Dantas Pereira dos Santos Borges, Maria de Lurdes do Nascimento Rodrigues, Paula Cristina Caramelo Borges Martins Ramalhette Rodrigues e Rosa Maria Marques de Almeida, Técnicos Superiores (Psicologia) de 1.ª Classe, nomeados, precedendo concurso, Técnicos Superiores (Psicologia) Principais, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste Município.

Ana Paula de Amaral Isidoro Ferreira, Ana Rita Fernandes Jorge, Ana Teresa Diniz D'Almeida Cardoso, Carlos Rui da Fonseca Vinagre, Célia Maria do Rosário Herculano Ramires, Cristina Isabel Pereira Gaspar, Filipa Biscaia de Jesus Botelho de Sousa Sebastião, Isabel Maria Gouveia Cameira, Margarida Maria do Carmo da Câmara Bobone, Maria de Fátima Esteves Machado Inácio, Maria Manuela Soares dos Santos André Tavares, Maria Margarida Rodrigues, Matilde Rodrigues Soares, Perpétua Ana Lopes da Silva Fernandes, Rui Manuel Domingues Santiago, Sónia Marina Abel Nunes e Teresa Paula Lopes Rosa Rodrigues, Técnicos Profissionais (Biblioteca e Documentação) Principais,

nomeados, precedendo concurso, Técnicos Profissionais (Biblioteca e Documentação) Especialistas, do grupo de pessoal técnico profissional, do quadro de pessoal deste Município.

João Sequeira da Cruz e Mário Luís Canas de Menezes, Engenheiros Técnicos de Máquinas de 2.ª Classe, nomeados, precedendo concurso, Engenheiros Técnicos de Máquinas de 1.ª Classe, do grupo de pessoal técnico, do quadro de pessoal deste município.

13 de Dezembro de 2007. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luis Centeno Fragoso*.

2611073278

### Aviso n.º 26025/2007

#### Nomeações

Por despacho de 12 de Dezembro de 2007, do Director Municipal de Recursos Humanos (Subdelegação de 12 de Outubro de 2007, Boletim Municipal n.º 714 de 25 de Outubro de 2007)

Ana Salomé Afonso Lopes, Renato Paulo Pereira Gomes e Rute Isabel Mestre Henriques, nomeados, precedendo concurso, Auxiliares de Serviços Gerais, do grupo de pessoal auxiliar, do quadro de pessoal deste Município.

14 de Dezembro de 2007. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luis Centeno Fragoso*.

2611073769

## CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Aviso n.º 26026/2007

#### Concursos externos de admissão a estágio de ingresso para preenchimento de lugares vagos nas categorias de técnico superior de 2ª classe da carreira técnica superior (generalista)

Para os devidos efeitos se torna público que, por meus despachos datados de 05 de Dezembro de 2007, se encontram abertos pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, os seguintes concursos externos de admissão a estágio de ingresso para preenchimento de lugares vagos nas categorias de técnico superior de 2ª classe da carreira técnica superior (generalista), do quadro de pessoal deste Município.

Concurso n.º 40/2007 — para preenchimento de 1 lugar  
 Concurso n.º 41/2007 — para preenchimento de 03 lugares  
 Concurso n.º 42/2007 — para preenchimento de 1 lugar

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

De acordo com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de Fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal, e, quando, nos termos do n.º 2 do citado artigo, o número de lugares a preencher seja inferior a 10 e igual ou superior a três, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência

1 — Validade dos concursos — válidos para as vagas indicadas, caducando com o preenchimento das mesmas.

2 — Legislação aplicável aos concurso — Decretos-Lei n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 265/88, de 28 de Julho, 427/89, de 07 de Dezembro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 112/90, de 04 de Abril, 442/91, de 15 de Novembro e 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Conteúdos funcionais — consistem no exercício de funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade tendo em vista informar a decisão superior, requerendo uma especialização e formação básica de nível de licenciatura nas áreas específicas para que os concursos são abertos, tendo em vista preparar a tomada de decisão superior.

4 — O local de trabalho situa-se na área do Município de Loulé e as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para a Administração Pública Local.

5 — Remuneração — o vencimento no período de estágio será o previsto nos Decretos-Lei n.ºs 404-A/98, de 18/12 e 412-A/98, de 30/12,

e demais legislação complementar, sem prejuízo do direito de opção pelo vencimento do lugar de origem, no caso de pessoal já vinculado à função pública, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a Administração Pública Local.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

6.1 — A este concurso poderão candidatar-se todos os indivíduos, vinculados ou não à função pública, que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos gerais:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais:

Concurso n.º 40/2007 — possuir licenciatura na área da Comunicação.

Concurso n.º 41/2007 — possuir licenciatura na área do Marketing, Relações Públicas ou Publicidade.

Concurso n.º 42/2007 — possuir licenciatura na área da Educação.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — Os requerimentos de admissão ao concurso, elaborados de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 112/90, de 4/4, deverão ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Loulé, entregues pessoalmente na Secção de Expediente desta Autarquia ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, expedidos até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas, para a Câmara Municipal de Loulé, Praça da República — 8100-270 Loulé.

7.2 — Os requerimentos de admissão, a apresentar nos moldes e com o teor do anexo n.º 1 do presente aviso, deverão ser acompanhados dos documentos seguintes:

- Curriculum vitae actualizado, detalhado, assinado e datado, indicando nomeadamente a experiência profissional actual e a anterior relevante para o exercício das funções do lugar a concurso e respectiva duração;
- Certificados comprovativos das habilitações literárias e ou profissionais, ou fotocópias dos mesmos.
- Fotocópia do bilhete de identidade.

7.3 — Os candidatos com grau de deficiência, igual ou superior a 60%, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de Fevereiro, deverão apresentar requerimento de admissão, nos moldes e com o teor do anexo n.º 1 ao presente aviso, preenchendo o n.º 2 do referido anexo, com vista à adequação do processo de selecção às suas aptidões.

7.3 — 1 — É dispensada a apresentação imediata do documento comprovativo do grau de incapacidade e tipo de deficiência.

8 — Nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, não é admitida a junção de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo previsto para entrega de candidaturas.

9 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

11 — Os métodos de selecção a utilizar nos presentes concursos são:

- Prova escrita de conhecimentos específicos (PEC), com carácter eliminatório;
- Avaliação curricular (AC)
- Entrevista profissional de selecção (EPS).

11.1 — O Programa da prova escrita de conhecimentos específicos com carácter eliminatório, e duração máxima de sessenta minutos, visa avaliar os níveis de conhecimentos gerais e ou específicos dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício da função, que incidirão sobre as seguintes matérias:

Constituição da República Portuguesa;  
 Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;